

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

AFONSO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Donos da terra: Os laços entre igreja e economia solidária na
formação da Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Donos da terra: Os laços entre igreja e economia solidária na formação da Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo

Afonso Ribeiro de Oliveira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Mídia, Informação e Cultura no Centro de
Estudos Latino Americanos sobre Cultura
e Comunicação da ECA-USP

Orientador: Profa. Dra. Fabiana Amaral

São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Débora e Renato, pelo apoio incondicional. Aos meus irmãos, Olavo, Maria Lucila, Vanderley, Ailton e Júlio pela confiança, aos amigos Marcus Vinicius, Márcio Moraes, Roberta Albino e Pedro Henrique, pelo companheirismo nos momentos difíceis e aos colegas de MIDCULT, que me ensinaram o verdadeiro valor da luta.

DONOS DA TERRA

Afonso Ribeiro de Oliveira

Resumo: O artigo científico buscou aprofundar sobre como a COOPFAM, cooperativa formada por pequenos agricultores familiares de Poço Fundo, em Minas Gerais, se ergueu na zona rural e hoje se tornou uma referência no que se refere a aplicação da economia solidária no Brasil graças ao apoio da igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base e sua Teologia da Libertação, do Estado, por meio da EAFM (Escola Agrotécnica Federal de Machado) e das universidades, junto a pesquisadores e entusiastas de uma nova forma de se pensar a economia no mundo. Ao mesmo tempo, pretende evidenciar a relevância da cooperativa na promoção da agricultura orgânica e na construção de uma sociedade mais consciente sobre o uso e cultivo da terra.

Palavras-chave: Economia solidária. COOPFAM. Agricultura Familiar. Poço Fundo. Café orgânico. Teologia da Libertação.

Abstract: The scientific article intends to investigate how COOPFAM, a cooperative formed by small family farmers of Poço Fundo, in Minas Gerais, was raised in the rural area and has become a reference in the application of the solidary economy in Brazil as a consequence of the support of the Church, through the Ecclesial Base Communities and Theology of Emancipation, through EAFM (Federal Agrotechnical School of Machado) and universities, together with researchers and enthusiasts of a new way of thinking the economy in the world. At the same time, it aims to highlight the relevance of the cooperative in promoting organic agriculture and building a more conscious society about the use and cultivation of land.

Key words: Solidary Economy. Cooperative. Coffee. Church. Paul Singer. COOPFAM. Poco Fundo.

Resumen: El artículo científico siguiente tiene la intención de profundizarse sobre cómo la COOPFAM, cooperativa formada por pequeños agricultores familiares de Poço Fundo, en Minas Gerais, se erigió en la zona rural y hoy se ha convertido en una referencia en lo que se refiere a la aplicación de la economía solidaria en Brasil gracias al apoyo de la iglesia, a través de las Comunidades Eclesiales de Base y su Teología de la Liberación, del Estado, por medio de la EAFM (Escuela Agrotécnica Federal de Machado) y de las universidades, junto a investigadores y entusiastas de una nueva forma de pensar la economía en el mundo. Al mismo tiempo, pretende evidenciar la relevancia de la cooperativa en la promoción de la agricultura orgánica y en la construcción de una sociedad más consciente sobre el uso y cultivo de la tierra.

Palabras clave: Economía solidaria. Paul Singer. Teología de la Liberación. Cooperativa.

1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária no país tem sido tema de debates acalorados por conta das desigualdades históricas na distribuição da terra e devido a necessidade urgente de diminuir o desemprego e a desigualdade social. É um tema importante e necessário, assim como deve ser tratada a viabilização econômica dessas áreas e as políticas de fixação das famílias no campo para o combate ao êxodo rural. Um relatório divulgado em 2018 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), revela que, entre os 33 países membros das Nações Unidas (entre eles o Brasil), existem mais moradores da zona rural em situação de pobreza ou extrema pobreza do que nas cidades. Segundo a UNESCO, a pobreza se define como a “situação na qual os cidadãos não têm meios de consumir uma cesta básica de bens e serviços agrícolas ou não agrícolas”. Já a pobreza extrema é uma “condição de precariedade mais intensa, em que não se dispõe de recursos para satisfazer nem as demandas básicas de alimentos”.

Este artigo pretende ser um estudo de caso de uma alternativa a essa lógica industrial que se tornou o campo brasileiro e a demonstração de um exemplo da possibilidade de construir uma nova economia entre os pequenos produtores. A economia solidária tem sido cultivada no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980, em grande parte por causa da iniciativa de líderes religiosos, por meio da Pastoral da Terra. Hoje, ela ganha cada vez mais adeptos como consequência das sucessivas crises econômicas pela qual o país passa ciclicamente. O objeto de análise é a COOPFAM, a Cooperativa dos Pequenos Agricultores Familiares de Poço Fundo, cidade de pouco mais de 16 mil habitantes do sul de Minas Gerais. Para mostrar as perspectivas que fizeram a cooperativa se tornar uma das maiores exportadoras de café orgânico do país, foram realizadas entrevistas com seus fundadores, assim como com a juventude que começa a tomar as rédeas da nova geração. Hoje, a COOPFAM, cuja semente foi plantada há mais de 30 anos em meio a um ambiente onde as únicas certezas nos pequenos agricultores era a fé em Deus, colhe os frutos graças a politização e organização plantadas na década de 1980. A cooperativa é um exemplo de formação cidadã entre os cooperados e de políticas participativas no município.

O capítulo um, intitulado “Terra para poucos” fala sobre como a agricultura no Brasil se tornou uma atividade que sufoca o pequeno produtor em privilégio aos grandes monopólios de terra. Aborda como ainda vivemos sob a consequência de uma divisão agrária desigual, onde os que têm menos são sufocados pelos que têm mais. Além disso, mostra como essa desigualdade reflete nos índices de desenvolvimento humano no país. Os pequenos produtores estão à deriva no mar verde que os sustenta. Sem condições de aumentar a produção, ele se vê diante de um impasse: viver em condições precárias, utilizando cada vez mais agrotóxicos na plantação para tentar ter menos perdas, ou vender a terra para grandes latifundiários e tentar a vida na cidade, na maioria das vezes, sendo fagocitado pelas indústrias de base.

Já em “Economia Solidária” é abordada a teoria de Paul Singer e a sua aplicação em terras brasileiras. Este capítulo conta como o cooperativismo esparramou-se pela Europa e América do Norte no século XIX e chegou a outros países, entre eles o Brasil, no século XX, onde assumiu feições predominantemente agrárias. O capítulo é sucedido pela “Força da Fé”, que mostra a importância da Igreja Católica na semeadura das teorias da economia solidária no campo. Neste capítulo, é explorada também as palavras de Leonardo Boff e André Ricardo de Souza, que trouxeram grandes contribuições teóricas sobre o papel da religião como pulverizador das ideias de Singer. O próximo capítulo, chamado de “Liberdade Antes que Tardia” adentra na história da COOPFAM e no contexto social e cultural que possibilitou o seu desenvolvimento em Poço Fundo.

O penúltimo capítulo se chama “Engrenagens solidárias” e conta sobre o trabalho da COOPFAM para preservar a essência solidária. Ao mesmo tempo, traz informações sobre o que move esses processos solidários e as discussões das lideranças sobre a aplicação do comércio justo. Aqui são apontados os limites da teoria ao ser aplicada na prática. Apesar de viver em um ambiente que promove a economia solidária, ainda existem arestas a serem aparadas, relações de poder a serem desconstruídas. Por fim, a conclusão revela que, apesar de ser vista como um exemplo bem-sucedido de aplicação da economia solidária, a COOPFAM carrega contradições e traz questionamentos sobre quais são os limites e as perspectivas da economia solidária nos dias atuais.

1. A TERRA PARA POUCOS

O Brasil registrou produção de 58,04 milhões de sacas de café, de 60 quilos cada uma, no ano de 2018. Os dados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, mostram que essa quantidade corresponde a 36% da produção mundial. O maior país latino-americano é também o maior produtor e exportador de café do planeta e o segundo maior consumidor da bebida no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O grão é o quinto principal produto de exportação brasileira: só em 2017, movimentou US\$ 5,2 bilhões.

As plantações de café ocupam uma área de aproximadamente dois milhões de hectares em 1.900 municípios brasileiros, segundo levantamento do governo federal. Minas Gerais atualmente é o estado com o maior cultivo em todo o país. As montanhas mineiras, propícias para o crescimento da planta, que desembarcou no Brasil no século XVIII, foram responsáveis por florescer 53% da produção cafeeira, correspondente a 30,7 milhões de sacas ou 1,8 bilhões de quilos do grão conhecido pelos mineiros como o ouro verde.

Os dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2006, mostram, no entanto, que a maior parte da produção agrícola brasileira se concentra nas mãos de poucos. Para se ter uma ideia, as grandes propriedades correspondem a 0,91% do total de propriedades rurais ao mesmo tempo em que concentram 45% da área rural do país. Já as terras com área menor do que dez hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos, enquanto ocupam pouco mais de 2% da área total. O Brasil está entre os cinco países da América Latina onde o uso da terra é mais desigual, segundo estudo da Oxfam, atrás apenas de Paraguai, Chile, Venezuela e Colômbia. No ranking do coeficiente de Gini – criado pelo italiano Corrado Gini para medir a desigualdade na distribuição de terra, onde zero corresponde à completa igualdade e um à completa desigualdade, a nota brasileira é 0,87.

Os dados apontam a realidade desigual do campo. Quanto maior a concentração de terra, maior também é a concentração de investimento e de

tecnologia para a plantação. As propriedades rurais com mais de mil hectares obtêm uma média de 43% do crédito rural enquanto entre os 80% dos menores, o percentual varia entre 13% e 23%. Esses são dados oficiais do governo federal. O fato é que a mecanização da agricultura, as novas técnicas de cultivo e a globalização não refletiram na melhora da condição de vida da maioria da população rural.

Os gráficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que as cidades onde as terras estão concentradas nas mãos de poucos registraram os menores índices de Desenvolvimento Humano. Isso significa que os pequenos produtores estão à deriva no mar verde que os sustenta. Sem condições de aumentar a produção, por não ter dinheiro para investir em mecanização nem para comprar mais terras, o pequeno agricultor, historicamente, segue existido diante de um impasse: viver em condições precárias, utilizando cada vez mais agrotóxicos na plantação para tentar ter menos perdas, ou vender a terra para grandes latifundiários e tentar a vida na cidade, na maioria das vezes, sendo fagocitado pelas indústrias de base e vivendo nas periferias sem nenhuma estrutura de saneamento básico.

A estrutura agrária brasileira é vinculada ao processo desenvolvimentista e sofre ação direta do capital. O Estado, desde o seu surgimento, optou por distribuir muitas terras a poucos. Segundo citação de Graziano da Silva, na obra de Inez Germani (2006), as leis envolvendo a distribuição de terras no país “têm uma importância crucial na história brasileira à medida em que, através da mesma, se instituiu, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: a que é medida pelo mercado. O instrumento legal significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população”. No livro “A Questão Agrária”, Caio Prado Jr. é enfático ao tratar sobre as heranças históricas da desigualdade na produção agrícola brasileira.

“Completamente distintas, como logo se vê, são as condições brasileiras, tanto no que se refere à formação histórica de nossa economia, como em consequência, no que diz respeito a situação nos dias de hoje. A economia agrária brasileira não se constituiu na

base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constitui assim uma economia de classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração” (PRADO JR, 2000, p. 170)

O reflexo dessa crescente desigualdade nas oportunidades de produção e venda, que se transformam em uma cadeia de desigualdade, também é evidenciado por Paul Singer, no livro “Introdução à Economia Solidária” (2002), onde ele afirma que, “na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (p.8). O resultado hoje é que a maior parte dos pequenos produtores agrícolas passa por dificuldades para manter suas terras, enquanto os grandes produtores agregam os ganhos e monopolizam o mercado agrícola.

O agronegócio brasileiro, por outro lado, é uma potência mundial. Segundo o Ministério da Agricultura, em 2018, ele foi responsável por 23,5% do Produto Interno Bruto Nacional. As ótimas condições climáticas, junto ao fácil acesso a água permite a colheita de duas e três safras de grãos por ano. Junto a isso, soma-se as novas tecnologias que aumentam a produtividade no campo. Por outro lado, o agronegócio brasileiro representa uma ameaça. O Brasil desmatou 7.900 quilômetros quadrados de floresta amazônica em 2018, aponta o relatório dos ministérios do Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O setor também é um dos que mais mata Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 2018, o Brasil registra 24 mortes associadas a disputas no campo. Em 2017 foram 71 mortes.

A reforma agrária, que deveria impulsionar uma melhor divisão da terra para o equilíbrio da produção e para a diminuição da desigualdade, quando se move, caminha a passos lentos. A concentração de terra só aumenta, proporcional ao êxodo rural, onde pequenos agricultores são obrigados a vender suas terras por não ter condições de competir com as grandes fazendas de produção. A única saída acaba sendo, novamente, ir para a periferia das grandes cidades e trabalhar nas indústrias. Além do mais, como abordou Caio Prado Jr., os pronunciamentos dos governos a respeito das reformas de base, e da agrária em particular, abordam sempre do combate ao latifúndio, da divisão de terras, e não se toca senão incidentalmente nas medidas de proteção do trabalhador rural e reguladora das relações de trabalho no campo.

“A frente decisiva da luta pela reforma agrária se situa hoje, sobretudo, na implantação geral e definitiva, no campo, das normas reguladoras do trabalho. Pode-se dizer que aí reside o centro nevrálgico e ponto principal de partida da reforma que deve ser imediata” (PRADO JR., 2000, P.162)

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

O surgimento do termo economia solidária pressupõe a preexistência de uma economia não solidária, que é a economia de mercado na qual o Brasil está inserido. Nela, a maior parte da produção é dividida em estabelecimentos especializados que produzem e vendem produtos, as mercadorias, que não necessariamente são fabricados ou cultivados para o consumo próprio de quem produz, mas para a venda. Em uma economia de mercado, o produtor e o consumidor têm a liberdade para decidir o que produzir/consumir e vale a lei da livre concorrência: na teoria, os fabricantes dos produtos melhores ou mais baratos tendem a aumentar cada vez mais sua margem de lucro, em detrimento do restante, que acumula perdas e prejuízos. Aos que não têm condições de estruturar um meio de produção, seja pela falta de dinheiro ou informação, acabam vendendo a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção.

Na visão marxista, essa separação do trabalho na economia de mercado dá origem as classes sociais, onde os indivíduos são separados de acordo com o

montante de renda que ele pode ganhar. Os capitalistas, ou burguesia, são os donos dos meios de produção enquanto os proletários são aqueles que não possuem meios próprios de subsistência. Como o burguês detém os meios de produção, o proletário precisa dele para poder sobreviver. Em “Aprender economia”, Paul Singer fala sobre a existência de uma terceira classe social: a pequena burguesia, que são utilizadores dos próprios meios de produção. No Brasil, a maior parte deles são de camponeses, pequenos comerciantes e artesãos.

“A diferença básica entre pequeno burguês e o proletário não é o nível de renda - em geral, o camponês ganha menos do que um trabalhador da indústria - mas a independência em relação ao capital. O proletário pode ganhar mais, porém só enquanto tem emprego. Se o perde, deixa de ganhar. O pequeno burguês, enquanto puder reter a posse de seus meios de produção, sempre tem assegurada uma pequena renda, suficiente para o seu sustento. Quando esta renda cai abaixo do mínimo vital, o pequeno burguês se proletariza, isso é, passa a depender do trabalho assalariado para sobreviver” (SINGER, 1983, p.83)

Com o passar do tempo, o capitalismo foi se desenvolvendo e favorecendo as classes dominantes, aumentando a proletarização da pequena burguesia. Nas grandes empresas, o valor do salário é decidido pelos que detém tal poder e a tendência é usarem isso para seu próprio benefício, o que implica na concentração de renda. Se o proletário consegue aumento de salário é por meio de união e luta através das forças sindicais. Nesse meio, não existe cooperação, mas competição.

“É preciso notar que a inserção dos indivíduos nas diferentes classes sociais se faz fundamentalmente pelo nascimento. A grande maioria nasce em famílias proletárias ou pequeno-burguesas e está destinada a ficar em uma ou outra dessas classes. A transferência de indivíduos de uma classe para a outra ocorre em geral sob a forma de proletarização de pequenos burgueses, embora se registrem também o movimento no sentido inverso. Excepcional é a passagem de alguém do proletário ou da pequena burguesia à classe dominante, embora tais casos sejam amplamente divulgados com o fito de alimentar o mito da ascensão social como oportunidade aberta a todos” (SINGER, 1983, p.85)

Um modo de produção e comercialização “baseado na cooperação e não na competição entre os produtores, onde o lucro não está concentrado nas mãos dos donos de empresas, mas sim partilhado entre os responsáveis pelo trabalho”. Essa é a raiz principal da economia solidária, cujas ideias surgiram na Europa no século

XIX. A ideia se tornou possível por causa do empobrecimento da população, consequência do surgimento das máquinas e de uma nova organização do modo de produção. Foi desse caldeirão de onde saiu os ideais de um mercado justo, onde os trabalhadores unidos em cooperativas poderiam desenvolver um ambiente equilibrado, onde os ganhos seriam proporcionais. No entanto, mesmo tendo conseguido alguns avanços, as organizações não conseguiram sobreviver após a reação furiosa da burguesia. Sem nenhum apoio governamental, elas caíram. Uma das mais conhecidas, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, formada por 28 pessoas, elaborou uma carta de princípios que inspira a economia solidária até hoje em todo o mundo. Entre os princípios estão a livre e aberta adesão dos sócios, a gestão democrática, a participação econômica do sócio, a autonomia e independência, a educação o treinamento e a informação, a parceria entre cooperativas e o interesse pela comunidade.

No livro “Introdução à economia solidária”, Paul Singer afirma que na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras (p.8). Na economia solidária, portanto, em vez da liberdade absoluta pregada pelo capitalismo de mercado, as associações são feitas de maneira mais padronizada, buscando diminuir a desigualdade de ganhos. A base principal da economia solidária é que os produtores devem trabalhar em conjunto, sempre em busca do que é melhor para todo o grupo. Não existe divisão entre trabalhadores e patrões, pois todos são donos do meio de produção. Todos decidem em conjunto quando e onde venderão a mercadoria produzida. Segundo Singer, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo em 1996, a ideia é “quebrar o isolamento do pequeno operador”. Na teoria, cada participante do que se chamou de economia solidária gasta a receita de suas vendas comprando produtos de outras empresas do mesmo setor. Dessa forma, os novos empreendedores têm a segurança de fazer parte de um mercado protegido, formado por eles próprios, “que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam”. Essa iniciativa não exclui o objetivo de obter ganhos com a venda.

“A novidade, portanto, não é a mobilização por uma mudança social radical por meio da tomada do poder do Estado, mas sim a criação de redes de ajuda mútua entre associações de produção que

gradativamente parecem construir uma identidade coletiva em torno da ideia de autogestão” (SOUZA, 2013, p. 26).

A economia solidária também tem como objetivo a venda, a obtenção de recursos para os que produzem. Nas iniciativas solidárias, o lucro é chamado de sobras e a grande diferença se dá na maneira como é repartido. Como as ações são feitas em conjunto, as riquezas também são divididas, diferentemente da economia tradicional, que favorece apenas a livre iniciativa individual. Segundo Singer, “para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (p.9).

“A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico” (SINGER, 2002, p. 09).

Paul Singer afirma que nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembleia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação ou é posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria. O objetivo máximo é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir um modo democrático e igualitário de organizar as atividades econômicas. A economia solidária tem como eixo o cooperativismo e abre novas possibilidades de libertação do pequeno burguês no sentido de evitar a sua proletarização e, ao mesmo tempo, trabalhar, por meio da conscientização, a solidariedade em relação aos outros de forma que todos acabem ganhando igualmente e diminuindo a desigualdade. O cooperativismo esparramou-se pela Europa e América do Norte no século XIX, o que acabou por originar, em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional. Esse tipo de organização chegou a outros países, entre eles o Brasil, no século XX, onde assumiu feições predominantemente agrárias. No Brasil, quatro conjuntos de atores sociais foram

fundamentais para o florescimento da economia solidária: os sindicatos, as universidades, o poder público e as igrejas. Esta última foi a principal responsável por levar as teorias da economia solidária para o sul de Minas Gerais, especificamente Poço Fundo. Lá, os pequenos produtores se inspiraram na Teologia da Libertação em busca da emancipação social.

2. A FORÇA DA FÉ

O Brasil passou por uma avassaladora crise econômica a partir dos anos 1980 que interrompeu a trajetória de desenvolvimento até o início do século XXI, o que consequentemente causou o aumento do desemprego. O chão desgastado começou a ser adubado pela Cáritas, que agiu para fertilizar as comunidades com os adubos da economia solidária. O organismo surgiu no Brasil em 12 de novembro de 1956 dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o propósito de articular as obras sociais católicas no Brasil, além de gerenciar a distribuição do Programa de Alimentos para a Paz subsidiado então pelo governo dos Estados Unidos através do “Programa Aliança para o Progresso” criado após a Segunda Guerra Mundial. O programa foi extinto em 1974, mas as lideranças aproveitaram a organização para buscar outros caminhos de apoio. Foi na década de 1980 que as Cáritas se debruçaram sobre a educação popular e renovou sua forma de atuação. A partir daí surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e os Organismos e Pastorais Sociais (CIMI, CPT, CPO), com o intuito de valorizar ações locais, comunitárias e territoriais para desenvolver relações de luta por direitos e para construir um desenvolvimento solidário e sustentável. Hoje, ela contempla uma rede de 183 entidades-membros, divididas em 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe), além da sede nacional.

Na época, a Cáritas foi fundamental para agir a favor dos atingidos pela exclusão econômica, mostrando os caminhos para a construção das cooperativas de trabalho e associações contra as reviravoltas da economia. Na tese de doutorado que virou o livro “Os laços entre igreja, Estado e economia solidária”, André Ricardo

de Souza afirma que esse foi “o primeiro passo da massa dos excluídos em sua marcha para a construção do que hoje é conhecida como a outra economia, ou seja, a economia solidária” (p.13)

“O termo solidariedade é constante nos documentos das Cáritas, como um fator crucial de um projeto alternativo de sociedade, em que todas as pessoas possam ter iguais condições de vida, revertendo a lógica da exclusão” (SOUZA, 2013, p. 87).

Essa nova forma de pensar a igreja católica e protestante foi plantada na América Latina com o surgimento da Teoria da Libertação, corrente de pensamento cristão que defende o fim das injustiças econômicas, históricas e sociais. Influenciada pelo contexto da Revolução Cubana, do golpe militar no Brasil e da revolução Sandinista, na Nicarágua, seu marco fundador foi a publicação do livro “A Teologia da Libertação” pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez em 1971. O filósofo Leonardo Boff resume os passos metodológicos da linha de pensamento.

“Estes são os passos metodológicos da Teoria da Libertação: 1) um encontro espiritual, vale dizer, uma experiência do crucificado sofrendo nos crucificados; 2) uma indignação ética pela qual se condena e se rejeita tal situação como desumana, que reclama superação; 3) um ser atento, que implica uma análise estrutural dos mecanismos produtores de pobreza-opressão; 4) um julgar crítico – seja aos olhos da fé, seja aos olhos da sã razão – sobre o tipo de sociedade que temos, marcada por tantas injustiças e a urgência de transformá-la; 5) um agir eficaz, impulsionado pela fé, que faz avançar o processo de libertação a partir dos próprios oprimidos; 6) um celebrar, que é um festejar coletivo das vitórias alcançadas” (BOFF, 2014, p. 18).

A Teologia da Libertação que norteou o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, segundo Boff, parte da percepção da inumanidade e da injustiça da pobreza e da percepção da indignidade da riqueza. Eles afirmam que a raiz do problema da desigualdade não está na falta de oportunidades, nem da preguiça de trabalhar, mas nas relações injustas e na exploração do homem pelo homem.

“Não haverá sociedade mais humana, mais fraterna e mais equitativa sem a conversão desse espírito que busca o ter, o lucro, a segurança e o acúmulo de bens. Somente numa sociedade onde vigoram relações de justiça entre homens a riqueza é um bem. Não pelo poder e exclusividade que dá, mas pelo desafogo e pela verdadeira libertação que confere. Liberta-nos da necessidade de ter que viver

em função da sobrevivência, oferece chance de mais saúde, de melhor instrução, de mais fácil comunicação e comunhão entre os homens, países e continentes” (BOFF, 2014, p. 329).

O frei português João Baptista chegou a afirmar que “é uma exigência da própria natureza que aquele que produz com seu trabalho lhe seja dada parte da responsabilidade da gestão e possa aperfeiçoar-se a si mesmo em seu próprio trabalho. Essas palavras não são de Marx, nem de Lênin. São do Papa João XXIII”. O discurso das Cáritas, alinhado com a Teologia da Libertação, caminhou em conjunto de sindicatos e universidades, criando redes de cooperativismo e núcleos de extensão em instituições de ensino superior. Um dos resultados desse período de efervescência foi o nascimento do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1983. A politização através da Comissão Pastoral da Terra também foi semente do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o MST.

“A democratização formal da sociedade brasileira não significou ampla distribuição de renda. A marginalização social permaneceu e teve no desemprego sua expressão mais contundente, pois dele derivam outros grandes problemas sociais. O mal já não era mais o Estado opressor e violento, tampouco apenas a indiferença humana aos que necessitam de caridade. No referencial ideológico católico esquerdista, o inimigo passou a ser o mercado de trabalho excludente ou neoliberal. A falta de empregos legitimou iniciativas de organização de trabalhadores em cooperativas e associações comunitárias. Nessas empreitadas, os trabalhadores envolvidos experimentaram ou tentaram concretizar uma forma de trabalho sem a figura do proprietário do capital, o patrão. Procuraram e ainda buscam viabilizar a autogestão” (SOUZA, 2013, p. 25).

Com o aumento da militância política por incentivo da igreja católica, a notícia chegou ao Vaticano e os propulsores foram condenados pela Congregação pela Doutrina da Fé (CDF) em 1984 e 1986. A Teologia da Libertação foi censurada pelos papas João Paulo II e Bento XVI e acabou enfraquecida com o passar do tempo na igreja, mas suas sementes floresceram em várias regiões do país.

Munidos da Teologia da Libertação, Cáritas e CEBs conseguiram levar a mensagem da importância da organização cooperativa e solidária chegasse de forma mais palatável ao então oprimidos pelo sistema econômico. A mística da religião tornou possível o melhor entendimento dos cidadãos. As evidências

apontam que somente o lado econômico provavelmente não teria sido suficiente para politizar aquela parcela da sociedade, que não tinha, no momento, uma consciência maior sobre economia. Por outro lado, o vínculo com a religião, apesar de estimular princípios da solidariedade e da autogestão, dificulta hoje a transformação do contexto capitalista no qual a comunidade está inserida. Pelo contrário, acabou limitando as reflexões sobre práticas políticas e sociais e preservando a noção de propriedade privada entre os pequenos produtores. Para que isso possa ser discutido, é necessário, primeiro, uma contextualização sobre o surgimento da COOPFAM.

3. LIBERDADE ANTES QUE TARDIA

Nesse ambiente de insatisfação endêmica diante das políticas econômicas das décadas de 1970 e 1980, da degradação da qualidade de vida e da desvalorização da produção das propriedades de terra menores, padres da paróquia mineira de Poço Fundo, ligados à Comissão Pastoral da Terra, se aproximaram dos pequenos agricultores e os incentivaram a se organizar em centros comunitários rurais. Os então jovens plantadores de café, fiéis ao catolicismo, ao se depararem com o aumento do êxodo rural, se uniram em 1984 para pensar em novas possibilidades de negócio e buscar alternativas para sair da situação de refém que estavam diante da produção. A maior questão para eles era vender o grão. Para isso, necessitavam de um intermediário, que na maioria das vezes não pagava um valor considerado justo em relação ao trabalho. Acabavam perdendo dinheiro para grandes fazendeiros ao ter que se unir a eles para vender em grande escala.

Os encontros dos padres e dos agricultores resultou na criação da Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo, em 1991. No início dos trabalhos, o núcleo atuava como centro de encontro para oração e discussão sobre as possibilidades de cultivo e de negócio em torno do café. Na época, tudo o que dizia respeito a organização da instituição era viabilizado pela doação de trabalho de cada um dos membros. Além disso, passaram a colaborar uns com os outros no plantio do café. A compra de insumos e maquinário agrícola era feita de forma coletiva e, frequentemente, eram realizados mutirões para ajudar na “panha” de café das famílias que estavam com dificuldade de colher por conta de

problemas de saúde ou te falta de mão de obra. Quem terminava de colher primeiro, auxiliava os outros, não só no trabalho nos cafezais, mas também nos terreiros onde o café precisa ser remexido várias vezes ao dia para secar antes de ser ensacado e levado para os galpões de armazenamento.

A ajuda mútua fez florescer a semente da economia solidária entre os pequenos agricultores de Poço Fundo. Segundo os fundadores, esse grupo inicial, composto de cerca de 20 pessoas, precisou ter resiliência para sustentar a estrutura, que ainda não tinha forças para se manter de pé. Nessa fase ocorreu a aproximação dos associados a organizações não governamentais como o PTA-Fase, atual AS-PTA – Agricultura Urbana e Agroecologia¹¹ e o Centro de Assessoria Sapucaí¹². As ONGs promoviam encontros no Centro Pastoral da Igreja Católica de Poço Fundo para falar sobre a importância de se desenvolver uma agricultura diferente da que estava sendo feita pelos grandes fazendeiros locais.

A organização da sociedade civil organizada em torno da cooperativa possibilitou que os pequenos agricultores entendessem sobre economia solidária. Não só isso, colaborou para a conscientização a respeito do orgânico e do uso do solo. Na época eram realizadas reuniões para falar sobre o problema do uso de agrotóxicos e das alternativas em relação ao método tradicional de plantio. Isso fez com que, em 1994, o grupo passasse a seguir o Diagnóstico Rural Participativo (DRT), manual produzido pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) para auxiliar, através de oficinas, a replicar técnicas e utilizar ferramentas no gerenciamento da produção. A medida aproximou ainda mais as famílias, que tiveram contato com a produção de alimentos orgânicos. No ano de 1997 conseguiram uma primeira certificação de café orgânico, graças ao apoio da Escola Agrotécnica Federal de Machado (EAFM), que hoje é parte do Instituto Federal do Sul de Minas (IF-Machado). Em 1998, esses agricultores foram os primeiros do país aceitos pela certificação Fair Trade (comércio justo), um dos mais importantes passaportes para a inserção no mercado global. Idealizado pela World Fair Trade Organization (WFTO), o selo exige dez condições para ser vinculado a uma organização e realiza vistorias frequentes nos associados.

- a) criar oportunidades para agricultores economicamente desfavorecidos. A redução da pobreza por meio do comércio deve compor uma parte essencial dos objetivos da organização;
- b) transparência e responsabilidade. A organização deve ser transparente na sua gestão e nas relações comerciais. Ela deve ser responsável perante todos os seus acionistas (membros) e respeitar a confidencialidade das informações comerciais fornecidas;
- c) práticas de negociação. Os negócios da organização deverão conceber o bem-estar social, econômico e ambiental dos pequenos agricultores marginalizados e não maximizar os lucros à sua custa. Os fornecedores devem respeitar os contratos e entregar os produtos no prazo e com a qualidade e especificações desejadas. Os compradores do MFT devem garantir que as encomendas sejam pagas no momento da recepção dos documentos e, caso seja solicitado, deve ser feito um pagamento antecipado aos fornecedores de até 50% do total combinado, livre de juros;
- d) pagamento de um preço justo. Um preço justo deve ser aquele que tenha sido mutuamente acordado por todos, por meio do diálogo e da participação dos envolvidos na comercialização, prevendo um pagamento justo aos agricultores e sustentado pelo mercado;
- e) trabalho infantil e trabalho forçado. As organizações devem aderir à convenção da ONU e à legislação local/nacional sobre os direitos da criança e devem assegurar que não há trabalho forçado em sua força de trabalho e/ou de seus membros;
- f) discriminação, equidade e liberdade de associação. A organização não discriminará seus funcionários, devendo promover a equidade e a liberdade de associação de seus membros;
- g) condições de trabalho. A organização deve fornecer um ambiente de trabalho seguro e saudável para os trabalhadores e/ou seus membros, cumprindo, no mínimo, as leis nacionais e locais e as convenções da OIT sobre segurança e saúde;
- h) capacitação. As organizações que trabalham diretamente com pequenos agricultores devem desenvolver atividades específicas para auxiliar os agricultores a melhorar suas habilidades de gerenciamento, capacidade de produção e acesso aos mercados;
- i) promoção do MFT. As organizações devem promover a conscientização do objetivo do MFT e da necessidade de uma maior justiça no comércio mundial por meio dessa alternativa;
- j) meio ambiente. As organizações que produzem produtos de MFT devem maximizar o uso de matérias-primas provenientes de fontes geridas de forma sustentável em suas escalas e comprar localmente, quando possível. (WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION - WFTO, 2010).

Foi também em 1998 que a EAFM realizou a primeira Conferência Internacional de Mercado Justo e Café Orgânico do Brasil. No evento, os pequenos agricultores da Associação tiveram contato com empresas compradoras de países como Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Japão. A partir daí, quando pode mostrar os meandros do seu funcionamento, a associação poçofundense passou a receber visitas de interessados em conhecer a experiência de economia solidária de

diversas regiões do país. Consequentemente, aumentou a procura pelo grão produzido pelos associados, o que acabou dificultando a venda por conta da complexidade das demandas. Perceberam então que, para consolidar o trabalho, seria necessário fundar uma cooperativa. Embora na prática o funcionamento da Associação já correspondia as bases da economia solidária, até por conta de sua vinculação ao selo Fair Trade, nasceu em 2003, oficialmente, a COOPFAM, sem extinguir a associação, que continuou agindo em questões sociais.

O êxito comercial da COOPFAM permitiu o seu crescimento além das fronteiras de Poço Fundo. Atualmente, são 246 famílias cooperadas, produzindo café orgânico e convencional, em cinco municípios do sul de Minas Gerais. A instituição construiu seu próprio sistema de tratamento do café – com isso, a organização consegue manter um padrão de qualidade para exportação. Cada produtor acompanha as etapas do seu grão, desde a preparação até a exportação, que é feita de maneira independente. A produtividade média da COOPFAM em 2018 era de 30 a 35 sacas de café por hectare, o equivalente a uma produção anual de 480 toneladas, dos quais mais de 70% é destinada ao exterior. A COOPFAM também possui seu próprio sistema de torrefação. Tudo isso colaborou para a independência dos pequenos agricultores, que hoje podem contar com as sobras da produção para se manter durante todo o ano, inclusive fora da época de safra. A COOPFAM se tornou referência no país quando o assunto é aplicação da economia solidária. A cooperativa foi selecionada em editais do governo estadual e federal, entre eles, o processo que escolheu o café que foi servido nos eventos oficiais da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. O sucesso econômico da Cooperativa aconteceu porque ela conseguiu se inserir no mercado brasileiro por meio da diferenciação do grão, que hoje é visto como “gourmet” e “especial”, e porque manteve o contexto no qual estão inseridos. Serão as engrenagens solidárias suficientes para movimentar os agricultores para as questões máximas da economia solidária ou seria um ponto que emperra e colapsa toda a estrutura formada até aqui?

2.1. ENGRENAGENS SOLIDÁRIAS

Apesar da rápida expansão do número de cooperados e da capacidade de produção, a estrutura da COOPFAM permanece a mesma da sua fundação. As

famílias se dividem em núcleos rurais onde discutem desde técnicas mais apropriadas de produção até o desenvolvimento sustentável e o empoderamento feminino. Esses núcleos tornam possível a comunicação entre a direção da cooperativa e a base. Todo mês são realizadas reuniões ordinárias entre eles. Ao final, cada representante encaminha os assuntos discutidos para a reunião em um bairro sede, que ocorre também mensalmente e na maioria das vezes, na mesma semana da primeira. Além disso, uma vez ao ano acontece uma assembleia geral, onde todos participam. Nesta última são votadas questões de maior importância para o funcionamento da cooperativa e sobre os caminhos que deverão ser seguidos pela organização.

Para se tornar um cooperado, é preciso participar de algum dos núcleos por, pelo menos, seis meses. Eles também realizam cursos e recebem a visita de inspetores, que acompanha a propriedade rural e verifica se ele está apto a toda estrutura do comércio justo. A partir daí, uma empresa contratada pela cooperativa realiza todo o mapeamento da propriedade para checar a necessidade de recuperação de nascente e de projetos de recuperação ambiental. Com o laudo da fiscalização, o pequeno agricultor pode, enfim, se filiar a COOPFAM. O processo todo dura cerca de um ano. Por mais que a comercialização da cooperativa gire em torno apenas do café, as famílias são estimuladas ao cultivo de hortifrúti orgânicos. Em muitos bairros rurais, os pequenos produtores fazem escambo desses alimentos entre si e vendem nas feiras do município.

Vale ressaltar que, paralelamente a isso, a COOPFAM reforça a questão educacional da economia solidária ao oferecer cursos e palestras para funcionários e cooperados. Também foi criado o grupo MOBI, Mulheres Organizadas Buscando Independência, onde as mulheres cooperadas se reúnem para realizar oficinas que vão desde artesanato com a utilização de folhas do café até de gastronomia. Também são realizadas viagens através do MOBI para que as agricultoras possam conhecer outras formas de empreendedorismo solidário sendo construídas nas cidades do país. O grupo também criou uma marca própria de café, o Café Feminino da terra, onde o grão passa apenas pelas mãos das mulheres, desde a plantação ao cultivo.

Segundo os produtores entrevistados, mesmo com o êxito comercial, a cooperativa chegou a sofrer problemas internos no final de 2009 por conta do distanciamento dos princípios que a fundou. O presidente eleito, na época, passou a tomar decisões sem consultar todo o grupo e a tirar benefícios pessoais das sobras adquiridas com a venda da produção. O presidente foi deposto do cargo com a eleição de outro grupo para comandar a cooperativa em 2010, época em que foram revividas as raízes de sua fundação. Foi nessa época em que decidiram encerrar os trabalhos da Associação ao perceber que a COOPFAM já realizava todos os processos dela.

Entre as engrenagens solidárias que mantém a COOPFAM pulsando, no entanto, existem alguns fatos que expõe fragilidades da organização em relação aos pilares propostos por Paul Singer. Toda a estrutura que permite a educação e a independência das famílias dos agricultores parte do princípio capitalista não confronta a lógica do capital, apenas buscam uma interface mais harmoniosa dentro do sistema capitalista. Os pequenos agricultores ainda pensam em plantar mais para ganhar mais no final da safra. É claro que com a diferença de que é possível que todos ganhem de forma equilibrada. No entanto, ações para questionar o sistema capitalista e a desigualdade mundial ainda são tímidas dentro da organização. Dessa forma, sempre estarão em luta constante para otimização de forma a conseguir se equiparar ao grande produtor. Entre os cooperados entrevistados, existe uma crença de que o problema maior da desigualdade social no país e no mundo se dá por causa da corrupção e que a pobreza teria um fim se os recursos financeiros fossem melhor geridos.

Nas entrevistas realizadas para este artigo, fundadores da cooperativa desenvolveram, cada um a sua maneira, o argumento meritocrático de que, se os sonhos forem perseguidos, se tornarão realidade. Apesar de terem passado por um processo de emancipação com apoio de ações afirmativas e de organização colaborativa, ainda sustentam a ideia de que não é preciso lutar contra um sistema, mas contra hábitos e vícios das pessoas que formam a sociedade. Em relação ao meio ambiente, por mais que seja feito um trabalho consistente em relação a conscientização em relação ao uso do solo, foram levantadas com frequências ideias de que a culpa dos problemas ambientais existentes se dá pelas pessoas, e

não pelo sistema no qual elas estão inseridas. Uso de agrotóxico, desperdício de água, desrespeito com os animais. A solução para essas questões, segundo os cooperados, são pontuais.

3. CONCLUSÃO

A COOPFAM é percebida pelos que o cercam como um exemplo bem-sucedido do desenvolvimento da economia solidária e do comércio justo. Ao mesmo tempo em que segue um modelo colaborativo, onde os pequenos produtores se associaram em busca de independência, no entanto, também atende aos padrões de qualidade e de produção do sistema agroindustrial sem questioná-lo, conseguindo se colocar diante de mercados de vários países do mundo. Além disso, por meio de ações de preservação do meio ambiente, a COOPFAM convida toda a comunidade a repensar o uso da terra, na sustentabilidade e na saúde. Aos poucos, a zona urbana tem aderido ao discurso da COOPFAM, em grande parte também graças a Festa do Café Orgânico realizada anualmente na cidade, onde todos os cidadãos entram em contato com o universo do pequeno agricultor e se sentem parte daquilo. Cada vez mais gente apoia e quer participar de alguma forma. A cooperativa, ao mesmo tempo em que reforça a estrutura política de participação entre os filiados, trabalha questões de igualdade de gênero e respeito, que são critérios fundamentais para o reconhecimento de um comércio justo.

Ao mesmo tempo em que gera um efeito multiplicador, incentivando o surgimento de cooperativas semelhantes na região, ela ainda se encontra em processo de desconstrução. O trabalho de campo mostra, no entanto, que a ideologia capitalista ainda segue forte na consciência dos cooperados mesmo nos momentos em que buscam uma reflexão sobre os desafios do planeta. A estrutura do sistema capitalista não é nem os processos históricos que a tornaram possível não são questionadas. Isso faz com que, apesar das boas intenções, os apontamentos em relação aos problemas sociais sejam sempre em relação ao Estado e aos outros. Corrupção, altos impostos, falta de educação de qualidade. E não são realizados questionamentos em relação ao sistema no qual estão inseridos.

A questão religiosa vinculada à economia solidária também acaba dificultando a percepção estrutural da questão capitalista ao dar mais ênfase as falhas individuais como cerne dos problemas sociais mencionados acima. As questões estruturais desaparecem no raciocínio judaico-cristão de que a culpa dos problemas é resultado do comportamento das pessoas, do pecado da preguiça ou da ganância. É necessário que a COOPFAM use os fundamentos da economia solidária para despertar a consciência crítica em relação as questões estruturais, não só econômicas.

A luta pela reforma agrária no Brasil carece de exemplos práticos de sucesso que possam mostrar como a distribuição de terra pode ter impacto positivo na organização de uma sociedade mais justa e harmônica em relação ao seu entorno. É importante evidenciar ainda como as ações de conscientização do trabalhador rural para o desenvolvimento de novas formas e dinâmicas de organização social deve ser constante para que as novas gerações permaneçam engajadas e conscientes do contexto no qual estão inseridas. A COOPFAM, assim como a maioria das cooperativas em funcionamento no país, não é ainda um projeto que promove a total reflexão sobre as possibilidades de uma vida livre e digna. Ela ainda carece de alternativas que fomentem, além da luta pela emancipação econômica, a luta pela mudança do status quo. Porém isso não a exclui da lógica solidária, pois, a partir do momento em que incorporaram o sentido da economia solidária na comunidade, criaram um tecido social que permite questionamentos anticapitalistas. Nesse momento, a autogestão apenas não é suficiente para romper com esse comportamento. Mas é o início de uma resposta, uma forma de estímulo a emancipação por meio do exercício da cidadania. Experiência como a COOPFAM contribuem para uma revolução ao abrir caminho para que o entorno passe a questionar as condições de vida em relação ao capital. Mesmo que tímido, esse espaço plantam a semente do questionamento da lógica do capital. Por fomentar condições favoráveis a essa desnaturalização do nosso modo de vida atual, merece toda a atenção.

REFERÊNCIAS

UNESCO – Learning to live together - United Nations Educational, Scientifics and Cultural Organization - <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/>

BOFF, C.M. TEOLOGIA DO CATIVEIRO E DA LIBERTAÇÃO – Petrópolis, Vozes. 2013

BOFF, L, e a Igreja se fez povo, 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1986

BETTO, Frei – O que é comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. Editora Cortez: 2001

GUTIERREZ, Gustavo. Teologia da Libertação. Editora Vozes: 1975

JÚNIOR, Caio Prado. A questão agrária. Editora Brasiliense: 2000

AGRICULTURA, Ministério da. Projeções do Agronegócio no brasil 2018. http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/banner_site-03-03-1.png/@download/file/PROJEC%CC%A7O%CC%83ES%20DO%20AGRONEGO%CC%81CIO%202018.pdf

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Editora Fundação Perseu Abramo: 2002

SINGER, Paul. APRENDER ECONOMIA. Editora brasiliense. São Paulo, 1982

SOUZA, André Ricardo de. Editora EDUFSCAR, São Carlos, 2013.

WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION. 10 standards of fair trade. Disponível em: <http://www.wfto.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=14>. Acesso em: 22 fev. 2010.

